

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RONDÔNIA

CENTRO INTERDISCIPLINAR
DE ESTUDO E PESQUISA DO
IMAGINÁRIO SOCIAL



REVISTA LABIRINTO
ANO XVIII
VOLUME 26
(ABR-JUN)
2017
PP. 379-398.

AS RAÍZES CULTURAIS DA ANTIGA MUTUM PARANÁ: UM PATRIMÔNIO IMATERIAL

Francisco Allan Alberto dos Santosⁱ
Mestrando na Universidade Federal de Rondônia - UNIR
allan.albertosantos@gmail.com

Odete Burgeileⁱⁱ
Docente da Universidade Federal de Rondônia - UNIR
odetebur@gmail.com

RESUMO

Amanhece o dia 20 de janeiro de 2011. Nova Mutum Paraná é inaugurada com festas. A antiga Mutum Paraná agoniza, em breve estará inundada e suas ruínas farão parte do novo leito do Rio Madeira. Junto com ela, segue sepultado todo seu patrimônio cultural. Suas crenças, costumes, práticas, saberes e fazeres enquanto população tradicional não foram protegidos; logo, não foram preservados. O presente artigo analisa os instrumentos formais de proteção ao conhecimento tradicional com base no arcabouço legal em vigor no país e, no âmbito internacional, na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial em vigor desde 20 de abril de 2006. O autor propõe a reflexão sobre a causa da ineficácia da legislação no caso em estudo e busca identificar quais foram às estratégias normalmente em uso pela força do capital para burlar sistematicamente a proteção ambiental e cultural. O texto busca também destacar a importância da organização da sociedade civil e sua participação na tomada de decisões socioambientais, buscando a sua identidade no pleno exercício da cidadania, da dignidade e da autodeterminação das comunidades locais.

Palavras-chave: Conhecimentos tradicionais; Patrimônio cultural imaterial; Mecanismos de proteção do conhecimento tradicional.

ABSTRACT

Dawns the day on January 20, 2011. Nova Mutum Paraná is inaugurated with celebrations. The former Mutum Paraná agonizes, will soon be flooded and its remains will be part of the new river bed wood. Along with her, follows buried all his cultural heritage: their beliefs, customs, practices, knowledge and practices as traditional population were not protected. Soon, have not been preserved. This article examines national and international instruments of protection to traditional knowledge based on the legal framework in force in the country and internationally, at the Convention for the safeguarding of the Intangible Cultural Heritage in force since April 20, 2006. The author proposes a reflection on the cause of the ineffectiveness of the legislation in the case under study and seeks to identify what were the strategies normally in use by the power of capital to tease systematically environmental and cultural protection. The text search also highlight the importance of the organization civil society and its participation in environmental decision-making, seeking your identity in the full exercise of citizenship, the dignity and self-determination.

Keywords: traditional knowledge; Intangible cultural heritage; Traditional knowledge protection mechanisms.

Introdução

Mostra a experiência que ao longo da história humana, quando alguém que pertença a um sistema capitalista se propõe a pesquisar e estudar as comunidades tradicionais, o foco tem sido quase sempre a exploração econômica dos conhecimentos dessas populações, sem demonstrar quaisquer interesses efetivos pelas comunidades tradicionais em si. Quando os interesses são ditados apenas pelo capital, esses verdadeiros tesouros culturais são considerados somente como uma fonte de conhecimentos passíveis de apropriação econômica (SANTANA & OLIVEIRA, 2015).

Na visão de Zigmunt Bauman, a maioria das transformações da vida atual visa o crescente engrandecimento das forças de mercado e estas, cada vez mais intensamente, chamam para si a função de condução da ordem do mundo. A essa situação, o autor qualifica como “a nova desordem do mundo” e reitera que, “o que quer que venha a tomar o lugar

da política dos blocos de poder assusta por sua falta de coerência e direção e também pela vastidão das possibilidades que pressagia” (BAUMAN, 1998, p.33).

As pessoas comumente reconhecem a importância de preservar as memórias culturais representadas, normalmente, por monumentos, sítios históricos e paisagens culturais. Mas cultura vai além de bens materiais. Ela é, principalmente, imaterial. Os povos e comunidades tradicionais tem uma conformação de identidade moral e cultural dos indivíduos que os integram (CEVASCO, 2003).

A Constituição Federal de 1988 é uma das mais avançadas do mundo no que tange à proteção do patrimônio cultural, e estabelece, no seu artigo 216, como direito fundamental, a proteção do patrimônio cultural material, e inovando, com a inclusão dos bens imateriais. Como bens culturais imateriais, o artigo 216, incisos II e III elenca as formas de saber, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas e prevê formas de acautelamento e preservação

do bem cultural imaterial, como por exemplo, o registro, o inventário, a vigilância (BRASIL. CF1988).

Além da Constituição Federal, existem vários outros dispositivos legais, principalmente na proteção dos povos indígenas. O Decreto Federal nº 3.551/2000 é considerado um marco no Direito Ambiental, já que regulamenta a aplicação do artigo 216 da CF1988 no tocante ao patrimônio cultural imaterial brasileiro; e o Decreto 6040/2007 onde está explícito que a política nacional dos povos e comunidades tradicionais tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

Há que se destacar também os esforços da UNESCO (2015, p.2) que liderou inúmeros embates internacionais no sentido de tutelar a proteção do patrimônio histórico-cultural da humanidade e criar mecanismos de proteção e preservação

entre as nações no sentido de se buscar instrumentos vinculantes da ação internacional de preservação junto aos governos locais.

Desde 1972, com a Conferência Geral da UNESCO na França e que deu origem à Convenção sobre a Salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, em cujo conceito se restringia ao aspecto material até 2006, e culminando com o êxito na aprovação pelos Estados Membros, foi um árduo caminho (UNESCO, 2015).

2003, Paris, na 32ª Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, foi aprovada a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, com caráter de acordo multilateral de caráter vinculante entre todos os Estados Membros, foi assinada em 17 de outubro de 2003, mas só entrou em vigor no âmbito internacional em 20 de abril de 2006. Traz por fim a proteção e o respeito ao patrimônio cultural imaterial deste bem e de seu reconhecimento recíproco, cooperação e assistência internacionais.

A Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial aprovada na 32ª. Sessão da Conferência

Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura foi o primeiro documento internacional a definir de forma clara e precisa o patrimônio cultural de natureza imaterial. Seu artigo 2º conceitua Patrimônio Cultural Imaterial:

Entende-se por ‘patrimônio cultural imaterial’ as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Para os fins da presente convenção, será levado em conta apenas o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes e com os imperativos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e do desenvolvimento sustentável.

Note-se que, em relação à descrição de “Obras Primas”, foram incorporados ao rol representativo do patrimônio cultural os novos elementos: "Obras Primas do

Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade". E em documento recente, a UNESCO (2014) fala sobre patrimônio imaterial:

[...] Mas não só de aspectos físicos se constitui a cultura de um povo. Há muito mais, contido nas tradições, no folclore, nos saberes, nas línguas, nas festas e em diversos outros aspectos e manifestações, transmitidos oral ou gestualmente, recriados coletivamente e modificados ao longo do tempo. A essa porção imaterial da herança cultural dos povos, dá-se o nome de patrimônio cultural imaterial. Para muitas pessoas, especialmente as minorias étnicas e os povos indígenas, o patrimônio imaterial é uma fonte de identidade e carrega a sua própria história. A filosofia, os valores e formas de pensar refletidos nas línguas, tradições orais e diversas manifestações culturais constituem o fundamento da vida comunitária. Num mundo de crescentes interações globais, a revitalização de culturas tradicionais e populares assegura a sobrevivência da diversidade de culturas dentro de cada comunidade, contribuindo para o alcance de um mundo plural.

As principais comunidades tradicionais no Brasil são: os povos indígenas, os caboclos ribeirinhos, as caiçaras, os quilombolas, os pescadores artesanais, as comunidades tradicionais urbanas, dentre muitas outras (UNESCO, 2015).

Na opinião de Moser & Silva (2015, p. 8) citando Raymond Williams (2011), “a análise da palavra cultura deve

ser pensada pela ótica plural, em um diálogo interdisciplinar com a sociologia, a história, e a antropologia, no sentido de compreender todo modo de vida de uma comunidade”.

A antiga Mutum Paraná, dada sua localização privilegiada, na confluência do Rio Mutum com o Rio Madeira, sempre foi visada, desde as explorações em busca de drogas do sertão, ciclo do ouro, primeiro ciclo da borracha, etc. Foi a 16ª. Estação da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, e muito importante no segundo ciclo da borracha com a vinda dos “Soldados da Borracha”. A partir da Década de 1980, passa por um novo ciclo de exploração do ouro, pela exploração madeireira, pela implantação da pecuária e mesmo recentemente para o garimpo no Rio Madeira.

Foram muitos ciclos com seus inerentes processos de migração. Atualmente esta mesma área vivencia os resultados de um grande processo de migração, devido à construção do Complexo Madeira. Pela sua antiguidade e pelos inúmeros processos de migrações recebidas, pelas comunidades e saberes tradicionais praticados, não tem como negar que se

trata de uma localidade de populações tradicionais e sua maior riqueza são os saberes e experiências acumulados e amalgamados durante séculos (PINTO, 1993).

Todavia, o que o pesquisador constata em campo é que existe um enorme *gap* entre as propostas constantes do projeto apresentado pela empreiteira e a execução, entre o que consta no papel e a sua implementação prática. E a realidade acaba aparecendo: neste caso específico da queda de braço entre o capital, o poder público e a população, a corda sempre arrebenta do lado mais fraco, mas as consequências são evidentes, virtualmente impossíveis de serem camufladas ou escondidas. O resultado é uma Velha Mutum morrendo e sua contrapartida, a Nova Mutum, sendo atualmente abandonada porque a realidade da vida se impõe.

As causas? O professor e pesquisador da Universidade Federal de Rondônia (Unir), Artur Moret, especialista em planejamento energético, afirma em entrevista concedida ao BRASIL DE FATO (BRASILDEFATO, 2018) que são vários os equívocos na construção de Nova Mutum, começando pelo

fato de que a cidade não foi construída para o público que deveria atender: “Os moradores de Mutum-Paraná eram essencialmente rurais e eles foram colocados em um lugar com estrutura urbana. Se de um lado você tem o atrativo de ter estrada e ar condicionado, por outro não tinha trabalho para que aquilo pudesse ser sustentado”. Outro fator foi à questão financeira, uma das que mais tiveram impacto na decisão dos moradores em abandonar Nova Mutum: “Não havia trabalho para essas pessoas. Enquanto durou o período em que a empresa ajudava no custeio da vida das famílias com um salário mínimo, elas ficaram na cidade. Quando esse período terminou, simplesmente não havia emprego para os moradores. Não havia o que fazer, a não ser buscar trabalho fora dali” (BRASIL DE FATO, 2018).

O mosaico de fotos que formam a Figura 1, a seguir confronta as diferenças entre a Velha e a Nova Mutum; por outro lado, prova também que o fator material não prevalece sobre o fator humano, e por isso as pessoas, seus saberes e

experiências têm que ser levadas em conta em quaisquer projetos que as atinjam.

AS RAÍZES CULTURAIS DA ANTIGA MUTUM PARANÁ: UM PATRIMÔNIO IMATERIAL,
FRANCISCO ALLAN ALBERTO DOS SANTOS & ODETE BURGEILE

Antiga Mutum Paraná



1*



3

Nova Mutum Paraná



2



4

AS RAÍZES CULTURAIS DA ANTIGA MUTUM PARANÁ: UM PATRIMÔNIO IMATERIAL,
FRANCISCO ALLAN ALBERTO DOS SANTOS & ODETE BURGEILE



5



6

Quadro 1: Imagens comparativas entre a Velha e a Nova Mutum Paraná.

*Jorge Pereira da Silva, 81 anos, conhece a história da velha Mutum Paraná melhor que qualquer outro. Foi ele um dos fundadores da comunidade, ainda na década de 1960. Foto Créditos Christyann Ritse.

387

Analisando-se inúmeros documentos – EIA/RIMA, Relatório de Análise do IBAMA, relatórios dos Ministérios Públicos Federal e Estadual, Relatórios do Movimento dos Atingidos pelas Barragens - MAB; Relatório do Instituto de Desenvolvimento da Amazônia - Indam, Relatório da Cooperativa dos Garimpeiros do Rio Madeira – Coogarima, Relatório-Síntese Projeto Avaliação de Equidade Ambiental

como instrumento de democratização dos procedimentos de avaliação de impacto de projetos de desenvolvimento – FASE, os Termos de Ajustamento de Condutas – TAC negociados, além de muitos outros, assim como as notícias veiculadas e visitas *in loco*, não se encontrou nenhuma iniciativa no sentido de salvaguardar os conhecimentos, os saberes, a história comunitária da antiga Mutum Paraná.

Na mesma entrevista já citada acima, Moret (BRASIL DE FATO, 2018) avalia que o deslocamento da Velha para a Nova Mutum Paraná quebrou uma estrutura social no qual os moradores estavam acostumados. “Eles tinham um senso de solidariedade muito forte na comunidade. Eram vizinhos. Se precisava cuidar do filho do outro, de um copo de arroz, de um pouco de sal, eles cuidavam uns dos outros. Em Nova Mutum isso não existia mais”.

O argumento inicial do projeto para a recomendação das obras do Complexo Madeira era a geração de energia para promoção do desenvolvimento local; porém, muitos aspectos deixaram de ser equacionados, daí a gênese dos conflitos. Moret e Guerra (2009, p. 3), mostram que:

[...] pautada na concepção de que a cadeia produtiva da energia é estruturante da sociedade, porque influência positiva e negativamente os aspectos econômicos, ambientais e sociais no local de interferência, mas também regional e nacional. Alguns indicadores justificam essas interferências:

- I. A grande dimensão dos empreendimentos;
- II. A quantidade vultuosa de recursos utilizados desequilibra a economia local;

- III. A quantidade de mão-de-obra utilizada interfere na empregabilidade local;
- IV. Há deslocamento de trabalhadores de outras localidades;
- V. O uso intensivo de mão-de-obra ser temporário não proporciona a empregabilidade permanente;
- VI. Com a obra concluída haverá um crescimento vertiginoso do desemprego;
- VII. Há a implantação temporária de serviços especializados;
- VIII. Há falta de mão-de-obra especializada no local significa que os melhores salários serão destinados para migrantes e
- IX. Há definitiva interferência na dinâmica social, ambiental e econômica local.

A análise das relações sociais contribui para a compreensão das condições em que ocorrem os antagonismos de interesses e entendimento maior das possibilidades de mapeamento das áreas críticas de conflito e tensão social na região.

Mutum Paraná e os estudos culturais

A cada ciclo econômico, uma gama específica de necessidades, se delineia e se forma com vários contingentes

de diferenciados perfis de forças de trabalho que são utilizadas. (HOLLANDA, 1998)

E as pessoas que, por algum motivo não se enquadram e não atendam as necessidades demandadas pelo capital, ou de alguma forma não conseguem permanecer dentro desse enquadramento, tendem a ser substituídos ou alijados do sistema. Sempre foram e continuam sendo descartados, como algo sem valor, sem traços nem rastros, e seus saberes e memórias para sempre apagadas (FASE, 2015; FARIAS JÚNIOR, 2009).

Os contingentes de trabalhadores, migrantes ou imigrantes, tiveram seus matizes e características próprias, ainda que estivessem sido arrancados de suas raízes, de seus lares, de suas famílias, de seus usos e costumes. O Brasil deve a ocupação de seu território à escravidão e à exploração da força dos menos favorecidos. E isto ainda é uma realidade, presente no dia-a-dia. Estamos tão acostumados à normalidade da barbárie que nos quedamos insensíveis diante de muitas situações verdadeiramente vexatórias para qualquer um dotado

de um mínimo traço de civilidade (CUNHA, 2006; FARIAS JÚNIOR et al, 2009).

Freyre (1998), adepto das teorias preconizadas pela Escola Cultura e Personalidade, reflete em sua obra o modo como umas culturas se impõem e sobrepõem às outras em todos os aspectos - social, étnico, econômico, etc. Em sua obra “Casa-grande e senzala”, relata inúmeras contribuições dos negros para a sociedade brasileira, tais como várias técnicas de mineração, domesticação do gado, entre outras contribuições positivas e efetivas para a cultura do Brasil.

Essa interinfluência também ocorria entre europeus que se aventuravam pela Amazônia e as populações locais. Em função de muitos boatos, mitos e lendas, inclusive convenientemente criados e espalhados pelo próprio governo português que tinha interesse em ocupar o território e gerar impostos, os homens sonhavam encontrar o paraíso da natureza pura e intocada, o El Dorado, e a fonte da eterna juventude, entre outras maravilhas mais.

Segundo Moser & Ernesto (2013, p.11):

Essa integração foi revestida com a ilusão do belo e do fantástico no imaginário do europeu” e seguem explanando que registros dessas “[...] manifestações e impressões sobre a criação da Amazônia que ora era de encanto com a grandiosidade do verde e colorido e ora de susto com o mistério dessa natureza.

Segundo Gondim (2011), um dos aspectos que mais povoavam o imaginário do europeu daquela época, era o tamanho dos animais que poderiam habitar a floresta amazônica. Euclides da Cunha (2006), assim como Tocantins (1992) e Hardman (1988), fazem análises da ocupação da floresta, da estrutura reinante onde a situação do quadro social é extremamente doloroso e inquietante, onde a solidão impera e é companheira inseparável dos oprimidos; onde a selvagem opressão do homem pelo homem prevalece no sistema instalado e não permite quaisquer alternativas, se configurando de tal forma que as amarras impostas pelo dominador sufoca e aniquila a alma e a vontade do dominado, enredando-o de tal maneira que não lhe é mais possível nem a fuga. Euclides da Cunha, também amplia sua análise utilizando-se de teses de

antropólogos como Steward e Murphy sobre a regressão social de sociedades extrativistas.

São análises críticas sobre a atitude do opressor, vultosos investimentos falidos, obras inúteis, capitalismo selvagem, desrespeito à dignidade humana, etc. Muitos núcleos humanos se formaram com o trabalhador abandonado, pois era mais barato deixar o escravo negro, o índio, o nordestino pobre – para o opressor todos eles descartáveis – abandonados à própria sorte na imensa floresta úmida e quente do que arcar com os custos do regresso aos lugares de origem (GOMES, 2015).

A cultura brasileira é um grande mosaico formado pelo conjunto de culturas que sintetizam as diversas etnias que formam o povo brasileiro. Latentes em nossa sociedade, demandas reprimidas são relegadas ao descaso em nome de uma suposta e alardeada “democracia racial” (BOSI, 2002).

A releitura das crenças e valores tradicionalmente entendidos e aceitos, assim como visões inovadoras e inusitadas sobre cultura se faz presente, parte da maioria das

agendas atuais. Um dos principais pensadores e pesquisadores na percepção dessas diferenças conceituais e mudanças conceptivas é Raymond Williams, que defende a pluralidade dos aspectos culturais. Sobre a importância da influência das idéias desse pesquisador no desenvolvimento dessas novas formas de abordagens sobre a cultura, dissertam Inácio Filho et al (2015, p. 5):

[...] (Williams) dá importante contribuição sobre o tema ao criticar a idéia de coesão e forma unitária, admitindo nossa pluralidade cultural como passo importante para sua compreensão. O conceito de *circularidade cultural* encontra-se em sua obra como *entrelaçamento*, onde as culturas de classes populares, de massa e erudita se influenciam e em tais imbricações, há ainda elementos de velhas culturas ibéricas, indígenas e africanas (todas elas também poliformas); culturas migrantes externas: alemã, italiana, síria, judaica, japonesa entre tantas outras e internamente penetrando fundo em nosso cotidiano material e moral: nordestinos, paulistas e gaúchos entre outras.

Bosi (2002), concorda com essa visão de Williams (2011), e complementa que essa aparência cultural de caos deve ser suplantada, ultrapassada pelo uso e sentido do tempo,

onde os ritmos diversos das culturas no Brasil são acelerados por signos criados pela cultura de massas.

Kellner (2001) também reconhece a influência das idéias de Williams (2011), e que suas pesquisas evidenciaram uma característica inerente à teoria dos estudos culturais- hoje considerada um dos fundamentos basilares da teoria: a preocupação com a contextualização da investigação nas lutas e nos acontecimentos sociopolíticos.

Destaque-se que, como toda mudança de paradigma e toda evolução no entendimento conceitual, também este resultou em debates multifacetados e acalorados. De acordo com Santana & Oliveira (2015, p. 4):

Desde a ascensão dos movimentos de defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural, sempre houve um “nó górdio” que atrelou ambos, esse nó foi a aparente incompatibilidade entre o ser humano e os patrimônios natural e cultural, onde um representava a negação do outro, constituindo o que seria, parafraseando Antônio Carlos Diegues, o “mito moderno da natureza intocada”. Na realidade, tal dicotomia é um falso conflito, principalmente, quando tratamos da relação entre as comunidades ou populações tradicionais e o meio ambiente cultural.

Entre prós e contras, há muito a ser feito e mais ainda a ser preservado; além de tudo, não se pode negligenciar os riscos de se comprometer a rica diversidade cultural sob a influência da globalização e consumo, em função de uma tendência de padronização. A esse respeito relata Hall (2006, p.71):

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as *identidades* se tornam desvinculadas —desalojadas —de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem "flutuar livremente". Somos confrontados por uma gama de diferentes identidades (cada qual nos fazendo apelos, ou melhor, fazendo apelos a diferentes partes de nós), dentre as quais parece possível fazer uma escolha. Foi a difusão do consumismo, seja como realidade, seja como sonho, que contribuiu para esse efeito de "supermercado cultural". No interior do discurso do consumismo global, as diferenças e as distinções culturais, que até então definiam a identidade, ficam reduzidas a uma espécie de língua franca internacional ou de moeda global, em termos das quais todas as tradições específicas e todas as diferentes identidades podem ser traduzidas. Este fenômeno é conhecido como "homogeneização cultural".

Para Hall (2006), o impacto da globalização sobre as identidades pode ser compreendido a partir de uma de suas principais características, a compressão espaço-tempo, provocando a sensação que o mundo é menor e as distâncias mais curtas. Dessa forma, o que acontece em um determinado lugar tem impacto imediato sobre as pessoas que estão a grande distância.

Na concepção de Prysthon (2010, p. 8):

O multiculturalismo, enquanto fenômeno ligado à disseminação de massa das culturas locais, não poderia mais ser visto sem reservas: mais do que iniciativas independentes nacionais e populares ou do que uma utópica rearticulação do local em escala global, ele também representava um jogo de interesses recíprocos por parte de empresas, grupos políticos e indivíduos. Outro receio provocado pela disseminação generalizada de culturas tão diversas e peculiares foi precisamente o efeito homogeneizador poderia haver sobre as culturas locais.

O desafio então é aprender, ter bom senso e encontrar o ponto de equilíbrio.

Considerações finais

A antiga Mutum Paraná, cujas raízes se perdem através dos séculos e dos ciclos que povoaram e despovoaram a região, foi o único núcleo populacional atingido pela construção da Usina Hidrelétrica de Jirau, uma das obras do Complexo Madeira, e hoje já se encontra submersa, completamente destruída materialmente. Sua população já foi espalhada. De aproximadamente duas mil famílias atingidas pela barragem da usina naquela região, apenas 156 foram transferidas para uma nova localidade chamada Nova Mutum Paraná – cidade planejada, com água tratada, saneamento básico, energia elétrica, asfalto, posto de saúde, novo centro comercial, e etc., construída pelos empreiteiros construtores da Usina – o consórcio ESBR (Energia Sustentável do Brasil S/A); mas boa parte das famílias tomaram outros destinos: alguns voltaram para seus lugares de origem, dentro do Estado de Rondônia ou mesmo em outras Unidades da Federação.

Outros, principalmente os agricultores e extrativistas tentam se adaptar – sem muito sucesso - a novas locações. Mas maioria tenta voltar para o espaço físico o mais próximo possível do Rio Madeira e da antiga Mutum Paraná, ainda que para isso apenas sobrevivam numa vida miserável, e sejam enxotados diuturnamente.

Como visto o arcabouço legal brasileiro e normas internacionais tratam da proteção e salvaguarda das populações tradicionais. Então a pergunta: porque não funcionam? Como grandes empreendimentos fazem para burlar a legislação e acabar por fazer as coisas a seu próprio jeito?

Sempre existiu, mas com o advento da Lei da Transparência isso tem ficado mais evidente, e temos assistido a ofensivas permanentes de setores dos governos em todas as suas esferas, e de um fortíssimo lobby de empreiteiras e demais empresas interessadas, em favor da flexibilização das leis de licenciamento ambiental e, por consequência da tutela das normas de proteção cultural. É a forma de atender a

interesses de aliados, travar inimigos, praticar o clientelismo.

O Relatório-Síntese Projeto Avaliação de Equidade Ambiental como instrumento de democratização dos procedimentos de avaliação de impacto de projetos de desenvolvimento (FASE, 2015, p. 32) elucida o porquê e o como:

A versão dos planejadores oficiais, bem como dos interesses empresariais que lhes são adstritos, prioriza delimitar uma região estratégica, em que se concentram ações governamentais de curto e médio prazo. Os planejadores definem a prioridade em termos emergenciais e justificam a intensidade das ações nesta região como imprescindível e inadiável.

Num estudo técnico bem elaborado, as exigências são equacionadas e resolvidas. Só que, para atender e solucionar todos os problemas que possam advir daquele projeto, vai também encarecê-lo. Assim essas controvérsias são artificialmente resolvidas, em doses homeopáticas, através de dispositivos de postergação dos conflitos: os chamados “estudos complementares” e medidas “condicionantes”. Eles

permitem que se aprove a licença e se defina uma série de condições a serem cumpridas até a liberação da licença seguinte.

Decisões cruciais sobre a obra são automaticamente lançadas para fases posteriores à obtenção das licenças, através destes procedimentos que se tornaram quase uma regra durante todo o licenciamento ambiental. Outro dispositivo que vem sendo amplamente empregado na regulação de conflitos ambientais engendrados por grandes projetos são os TACs (Termos de Ajustamento de Conduta), mecanismo extrajudicial que busca adaptar à normativa vigente a conduta de empreendedores que não estejam obedecendo à legislação. Os TACs muitas vezes permitem que um empreendimento continue causando danos ambientais sem que os responsáveis sejam submetidos às punições previstas em lei, uma vez que garante ao empreendedor infrator adequar-se à normativa ambiental através de condicionantes e compensações. Assim, abre-se um espaço de negociação em que é possível estabelecer acordos para a mitigação dos danos de um empreendimento.

Como se apressam em construir, às vezes até antecipando o cronograma, conseguem terminar a obra antes que todos os aspectos e condicionantes tenham sido negociados e resolvidos. Depois da construção concluída e a entrada em funcionamento, “Inês é morta” e a empreiteira

economiza muitos milhões de dólares. Quanto às vítimas, os atingidos de quem é a voz que falará por eles?

Assim sendo, deve-se assumir que a solução passa necessariamente pela mobilização e organização social, por novas formas participativas centradas nas idéias de acordo, negociação e consenso, que têm como efeito a retirada da possibilidade de manobras evasivas daqueles que buscam se locupletar com as desgraças alheias, e como resultado concreto a efetiva participação dos atingidos nos processos.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **O Mal Estar na Pós-Modernidade**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em <www.planalto.com.br>. Acesso em 01 OUT 2015.

BRASIL. **Decreto Federal nº 3.551/2000**. Disponível em <www.planalto.com.br>. Acesso em 01 OUT 2015.

BRASIL. **Decreto 6040/2007**. Disponível em <www.planalto.com.br>. Acesso em 01 OUT 2015.

BRASIL DE FATO. **Vila construída pela Usina de Jirau desconsidera cultura local e vira cidade fantasma**. Por Ismael Machado e Lui Machado, de Rondônia, publicada em 23 de Junho de 2016, Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2016/06/23/vila-construida-pela-usina-de-jirau-desconsidera-cultura-local-e-vira-cidade-fantasma/>. Acesso em 10 FEV 2018.

CEVASCO, Maria Elisa. **Dez lições sobre Estudos Culturais**. São Paulo: Bom tempo Editorial, 2003.

CUNHA, Euclides da. **Terra sem História (Amazônia). In: À Margem da História**. São Paulo: Martins Claret, 2006.

FARIAS JUNIOR, Emmanuel de Almeida [et. al]. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org); “Conflitos sociais no “Complexo Madeira” / **Cartografia Social da Amazônia** / UEA Edições, 2009.

FASE. **Relatório-Síntese Projeto Avaliação de Equidade Ambiental como instrumento de democratização dos procedimentos de avaliação de impacto de projetos de desenvolvimento.** Disponível em <<http://fase.org.br/pt/acervo/biblioteca/relatorio-sintese-projeto-avaliacao-equidade-ambiental/>>, acessado em 03 de outubro de 2015

FREYRE, Gilberto. “Características gerais da colonização portuguesa do Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida”. *In: Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.* Rio de Janeiro: Record, 1998.

GOMES, Emmanoel. **História Regional de Rondônia.** IEP/TCE-RO. Disponível em <<https://pt.scribd.com/doc/68013148/Historia-Regional-Em-PDF-1>>, acesso em 01 de outubro de 2015.

GONDIM, Neide. “Como o mar de águas doces e suas dilatadas províncias são percorridos pelo imaginário dos

cronistas viajantes”. *In: A invenção da Amazônia.* Manaus: Valer, 2011.

HALL, Stuart. **A Identidade cultural na pós-modernidade.** 11ª ed. (digitalizada) Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem Fantasma, a Modernidade na Selva.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

INÁCIO FILHO, Lourival; LOEBLIN, Elaine Lucio; ARAÚJO, Jucicleide; SANTOS, Deives Nascimento dos; BUENO, José Lucas Pedreira. **OS ESTUDOS CULTURAIS E A TRADIÇÃO AVANT LA LETTRE BRASILEIRA: POSSIBILIDADES INTERDISCIPLINARES NOS ESTUDOS DA CULTURA.** Revista EDUCAmazônia - Educação Sociedade e Meio Ambiente. Ano 7, Vol XIII, Número 2, Jul-Dez, 2014, Pág. 136-150.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia: estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno,** Bauru: EDUSC, 2001.

MORET, Artur de Souza; GUERRA, Sinclair Mallet Guy. **HIDRELÉTRICAS NO RIO MADEIRA: REFLEXÕES SOBRE IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS**. Revista OÍDLES - Vol3, Nº 7.

MOSER, Lilian Maria; SILVA, José Williams Simplicio da. **Os estudos culturais ingleses e a idéia da cordialidade na literatura brasileira**. Revista Labirinto, Porto Velho-RO, Ano XV, Vol. 22, p. 191-213, 2015.

MOSER, Lilian Maria; ERNESTO, Eduardo Servo. **Um estudo de meio ambiente: a Amazônia na perspectiva da história**. Dossiê “História e Literatura: olhares interdisciplinares”. Revista Labirinto, Ano XIII, Vol. 19, dezembro de 2013.

PINTO, Emanuel Pontes. **Rondônia, Evolução Histórica, A Criação do T. F. G, Fator de Integração Nacional**. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1993.

PRYSTHON, Angela. **Histórias da teoria: os estudos culturais e as teorias pós-coloniais na América Latina**. In:

Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens. Universidade Tuiuti do Paraná, v. 9, n. 1, 2010.

SANTANA, Luciano Rocha; OLIVEIRA, Thiago Pires. **O patrimônio cultural imaterial das populações tradicionais e sua tutela pelo direito ambiental**. Disponível em <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/o-patrim%C3%B4nio-cultural-imaterial-das-popula%C3%A7%C3%B5es-tradicionais-e-sua-tutela-pelo-direito-ambie>>, acesso em 03 de outubro de 2015.

TOCANTINS, Leandro. **Amazônia - Natureza, Homem e Tempo: uma planificação ecológica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/Editora Civilização Brasileira, 1982.

UNESCO. **Patrimônio Cultural Imaterial**. Disponível em <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/intangible-heritage/>>, Acesso em 01 de outubro de 2015.

WILLIAMS, Raymond. “Uma tradição do século XIX”. In: **Cultura e Sociedade: de Coleridge a Orwell**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

NOTAS

ⁱ Mestrando em História e Estudos Culturais e membro do Grupo de Estudos Lingüísticos, Literários e Socioculturais- GELLSO na Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

ⁱⁱ Prof. Dra. em Filologia Inglesa, ministra disciplinas no Mestrado em História e Estudos Culturais e Letras, é Líder do Grupo de Estudos Lingüísticos, Literários e Socioculturais- GELLSO da Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

Recebido em: 23/07/2017.

Aprovado em: 15/08/2017.

Publicado em: 28/08/2017.